

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: integração e assimilação

Zeneide Pereira Cordeiro - UFMA

E-mail: w.zeneide@gmail.com

Este artigo tem como objetivo propor uma reflexão sobre a relação entre povos indígenas e o Estado brasileiro. Discute-se esta relação enfatizando duas tendências: a dominação por meio da integração e assimilação e a do pluralismo cultural. A perspectiva teórica que fundamenta esse trabalho é dos autores: Bourdieu (1989, 2014), Cunha (2016), Coelho (2009, 2004) e Cohn (2016). As fontes que nortearam esse texto foram: documentos oficiais nacionais e internacionais, pesquisa bibliográfica e estudo etnográfico sobre o tema. Tendo como referência a política de escolarização indígena, apontando como esta política é algo paradoxal, conforme mostram implicitamente, os principais documentos oficiais sobre direitos indígenas, mostrando como essa política indigenista, historicamente possui uma trajetória influenciada por mudanças econômicas e políticas, ocorridas no plano nacional e internacional, muitas vezes, são implementadas, expressando mais os interesses estatais e da classe empresarial do que dos povos indígenas. Independentemente de serem praticadas no período colonial ou na atualidade, gestadas pela Igreja ou pelo Estado, geralmente serviram aos interesses não indígenas. Dessa forma, a política de educação escolar indígena brasileira não responde aos anseios desses povos. A educação escolar multicultural existe apenas em aparatos legais.

Palavras - chave: políticas públicas – povos indígenas – educação escolar – Estado.